

O PROBLEMA DA CIDADANIA MODERNA - FIM

Que espaço restará para a cidadania no mundo atual?

Que significado poderá ter ela? Será ela possível para um 'cidadão do mundo', eufemismo estóico para designar uma eventual liberdade interior, num universo de súditos em que não se sabe bem quem é o senhor?

Por Roque Spencer Maciel de Barros

É tempo de passarmos às conclusões relativas à definição da cidadania moderna, que vimos tentando estabelecer nos três artigos anteriores e à qual dedicaremos ainda um parágrafo e, principalmente, ao problema, propriamente dito, que se coloca hoje a seu respeito.

Poderíamos dizer que, em o triunfo liberal do século 19 e em conexão com o avanço da democracia, a cidadania moderna, com os riscos que comporta, ao lado da amplitude de vida que se abre ao ente humano, está definida nos seus termos mais gerais, embora só no nosso século – e isso nas democracias avançadas – ela se tenha estendido de forma a universalizar-se, englobando aquela metade da humanidade, o sexo feminino, ao qual, apesar de reivindicações de filósofos como Condorcet ou Stuart Mill ou de uma feminista símbolo como foi Mary Wollstonecraft (para não falar da nossa incompreendida e libertária Nísia Floresta), era negada a plena condição cidadã. Conceitualmente, ao menos, em termos modernos, a cidadania é uma função do ser humano, dele inseparável, em lugar de este ser, como na antiguidade clássica – na Grécia da polis e na Roma republicana – uma função daquele ou, pelo menos, o ponto de apoio que poderia permitir ao indivíduo encontrar-se como tal. E, no mundo moderno, todo esforço para amalgamar novamente o homem e o cidadão, na trilha de Rousseau, acabou por conduzir, na verdade, e é o que conta a his-

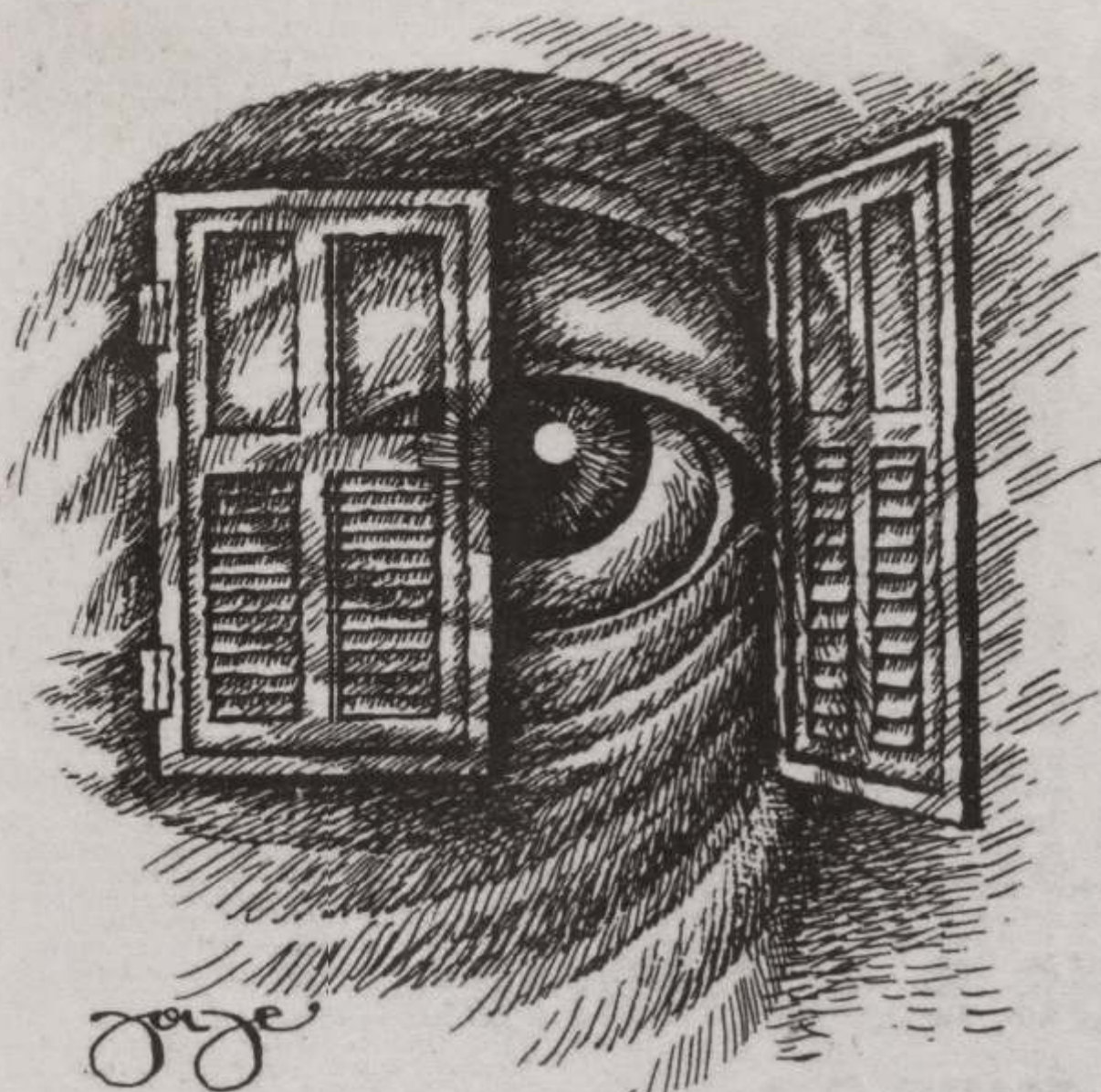
tória recentemente abortada (mas até quando?) do totalitarismo moderno, à transformação do indivíduo não simplesmente num súbito reconvertido, como o fora no absolutismo, mas numa espécie de mera engrenagem da máquina social, um autômato que teve de lutar, sempre que pode e quando pode, não já pela preservação de sua cidadania destruída, mas de sua própria condição humana.

Vencido, ao menos provisoriamente, o totalitarismo, outros perigos nos rondam, nascidos da fusão do próprio liberalismo triunfante com as vertiginosas transformações

O 'homo economicus' vai engolindo não apenas o 'homo politicus', mas o homem inteiro

tecnológicas, com dupla face, uma a serviço do homem, outra a transformá-lo em servil dela e, tudo isso, no quadro da globalização, não só da economia, mas da vida, com o eventual triunfo das semelhanças sobre as singularidades.

E aqui começa o problema da cidadania moderna. Os quadros tradicionais que geraram o indivíduo plenamente consciente de si e livre, por um lado, e o Estado-Nação em que ele floresceu, por outro, estão mais do que abalados. Quanto ao primeiro, a massificação e a uniformização, que Ortega denunciara vigorosa-



samente há mais de 50 anos, vão fazendo do indivíduo um mero joguete, não propriamente de sua circunstância, mas de circunstâncias completamente alheias e incontroláveis para ele: o homem-massa já não é um cidadão, mas apenas um consumidor: o "homo economicus" vai engolindo não apenas o "homo politicus", mas o homem inteiro. Quanto ao segundo, é preciso ter presente que o Estado-Nação se tornou maduro e completo sempre ligado à ideia de soberania – fosse ela a do Rei, a de uma elite ou a do povo – com a definição de um território determinado. Tais conceitos, Estado-Nação e soberania, são essencialmente políticos.

Entretanto, a preponderância do econômico sobre o político, que se acentua, para o bem ou para o mal, com a globalização da economia, pela formação de mercados que ultrapassam as nações e que caminham

para universalização, inicialmente limitada, mas prosseguindo, a prazo mais longo, para atingi-la plenamente, de algum modo subverte a ideia de soberania e, com ela, a do Estado-Nação. Ao menos à primeira vista, nesse novo esquema, em que o econômico prepondera sobre o político e surge como o dado fundamental a dirigir as relações humanas, parece inevitável o triunfo de valores utilitários e hedonistas sobre quaisquer outros. E, então, que espaço restará para a cidadania? Que significado poderá ter ela? Será ela possível para um "cidadão do mundo", eufemismo estóico para designar uma eventual liberdade interior, num universo de súditos em que não se sabe bem quem é o senhor?

É difícil para nós, neste fim de milênio em que está em curso aceleração de uma transformação radical, não apenas das condições de vida, mas

talvez do próprio homem, imaginar que formas poderiam tomar, mesmo que se realize a fome e a vengança de soberania e, com ela, a do Estado-Nação. Ao menos à primeira vista, nesse novo esquema, em que o econômico prepondera sobre o político e surge como o dado fundamental a dirigir as relações humanas, parece inevitável o triunfo de valores utilitários e hedonistas sobre quaisquer outros. E, então, que espaço restará para a cidadania? Que significado poderá ter ela? Será ela possível para um "cidadão do mundo", eufemismo estóico para designar uma eventual liberdade interior, num universo de súditos em que não se sabe bem quem é o senhor?

Foi em função dessas inquietações e dessas dúvidas que demos a este ensaio o título de "O problema da cidadania moderna". Porque esta, que foi primeiro uma ideia e depois

uma realidade, parece-nos hoje, em função desse quadro que esboçamos e que, afinal, está à vista de todos nós, antes de tudo um problema. No mundo clássico, o cidadão foi o ponto de apoio para o florescer do homem, que permaneceu, contudo, preso a sua origem. No nosso mundo moderno, o homem constituiu o cidadão e fez deste uma função, dele superável, mas essencial para a sua própria defesa e a permanência de seus valores.

E daqui para frente? Como esse novo homem das redes, dessas neologisticamente chamadas, com terrível mau gosto, "infovias", se portará diante dos valores que nortearam a progressão do Ocidente – e sem os

Como o novo homem das redes, das 'infovias', se portará diante dos valores que nortearam a progressão do Ocidente?

quais, aliás, não poderia existir a própria tecnologia moderna? Confiamos, apesar de tudo, na capacidade humana e na liberdade para que esse problema possa ter uma solução que nós, até aqui, não conseguimos vislumbrar.

Façamos algumas observações finais:

Hoje, quem se lembra do sonho de um "estado estacionário" de John Stuart Mill, cuja impossibilidade, aliás, Ludwig von Mises demonstrou brilhantemente em um capítulo de sua *Ação Humana* (4ª Parte, capítulo XIV, 5 e 6) ou das mais que previsões, quase profecias, de Herman Kahn para o ano 2000 ou mesmo da visão generosa, assim mesmo ainda viável, quem sabe, como possibilidade, de John Kenneth Galbraith acerca da "sociedade da abundância", para não citar outras tentativas de rasgar o véu do futuro?

Dessa forma, não é, de maneira alguma, nosso propósito o fazer previsões sobre o que se irá verificar no mundo globalizado e informatizado. Não, não pretendemos prever, mas apenas registrar nossos temores e perplexidades. O que irá de fato acontecer, considerando os imprevistos e os acasos da História, confessemo-lo sinceramente, pertence ao terreno do ignoto e provavelmente contrariará todas as previsões globais, ainda que confirme algo, ocasionalmente, aqui e ali.

Roque Spencer Maciel de Barros foi professor titular de História da Filosofia e da Educação na Faculdade de Educação da USP e diretor da mesma faculdade. Pensador do liberalismo, escreveu, entre outras obras, *Introdução à Filosofia Liberal e O Fenômeno Totalitário*.

Remexendo nos valiosos baús históricos portugueses

Investigações estão gerando obras de grande valor sobre as relações entre a Metrópole e as colônias

Por Lânia Marcia Mangelli

No ensejo deste movimentado final de século, em que a Explo-Lisboa 98 se somará, em breve, a comemoração dos 500 anos do "achamento" do Brasil, o momento parece bem apropriado para remexer nos arquivos históricos de instituições portuguesas que preservam a memória nacional. Neste sentido, assinala-se a operosa atividade das equipes filiadas ao Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, hoje comandado por João José Alves Dias e na esteira do conhecido rigor intelectual de A. H. de Oliveira Marques, um dos mentores das pesquisas que ali se desenvolvem. Para referir apenas a uma dessas importantes contribuições, o Centro vem sistematicamente publicando os chamados "livros de chancelarias" régias medievais em sua versão integral, com transcrições feitas por alunos de paleografia, integradas no projeto geral. Também já saíram, dentro do mesmo princípio e intenção, as "cortes portuguesas" dos reinados de D. Afonso IV (1325-1357), D. Pedro I (1357-1367), D. Fernando I (1367-1383), num significativo conjunto documental de imprescindível consulta a todos os que se interessam pelos estudos medievais.

Isabel Drumond Braga é uma jovem investigadora filiada ao Centro de Estudos Históricos e tem atuado intensamente na área dos trabalhos situados entre os séculos 15 e 18, referentes ao período expansionista ora em evidente momento de reavaliação. Desses, destacam-se os que dizem respeito às relações entre Portugal e Ceuta, ponto estratégico no estreito de ligação com o norte da África, considerado o desencadeador da empresa marítima lusitana, depois da data vitiosa de 1415, quando D. João I realizou o sonho – que já vinha de bem antes –

de uma monumental iniciativa bélica contra o Islão. Em seu livro *Ceuta Portuguesa* (1415-1656), do ano passado, publicado às expensas do Instituto de Estudos Ceuties, a autora traça um amplo panorama de todo o processo da conquista de Ceuta, indo até um pouco além do período da união ibérica, sempre com vistas a entender, num raio mais largo, a política da atuação portuguesa no Marrocos. A óptica, como não podia deixar de ser, é sempre a comparativa: "Viver em Ceuta, ou em qualquer outra praça portuguesa ou espanhola, durante os séculos 16 a 17, significou conhecer uma situação mais difícil do que a que se vivia na Península Ibérica, uma vez que o isolamento num meio hostil ampliava as dificuldades de abastecimento alimentar, monetário e bélico, facilitava as emboscadas e propiciava o cativoiro"

Aborda-se, com notável acuidade, o tema da difícil e sempre beligerante convivência entre cristãos e muçulmanos

(p. 177). Este último aspecto – o do cativoiro – apresenta tantas facetas e implica numa tal ordem de problemas que Isabel estendeu também para aí os seus interesses, publicando, pelo mesmo Instituto de Estudos Ceuties, *Entre a Cristandade e o Islã (séculos XV-XVII). Cativos e renegados nas franjas de duas sociedades em confronto*. Aborda-se aqui, com notável acuidade e exaustivo exame de fontes, o tema da difícil e sempre beligerante convivência entre cristãos e muçulmanos – numa quadra em que os discursos sobre tolerância religiosa, de fachada, e "elches" (ou renegados) estiveram na mira dos esforços de recuperação da Coroa, que chegou a fundar ordens religiosas específicas para promover a redenção dessas minorias, como a Ordem dos Trinitários, especialista em resgatar cristão do cativoiro – regresso, diga-se de passagem, nem sempre desejado.

Como uma coisa leva a outra, a

pesquisadora volta mais uma vez ao tema das relações conflituosas entre mouros e cristãos, atenta agora aos chamados "cristãos-novos de mouros" – os "mouriscos", ou seja, aqueles islâmicos que se converteram ao Cristianismo, por influência e muitas vezes interferência pessoal dos reis católicos Isabel e Fernando. O teor da obra é antes descritivo que interpretativo: são recolhidos

numerosos testemunhos do difícil processo de assimilação dessas etnias depois de sua conversão, não havendo, por parte da Coroa, um programa efetivo de aculturação, o que resultava na incômoda posição intervalar de maus praticantes, tanto de uma quanto de outra crenças. É preciso lembrar, ainda, que a presença mourisca na Península Ibérica não teve a mesma significação

em todos os lugares: se em Espanha aquilo que vulgarmente se denominou Reconquista só foi concluída em 1492, com o domínio do reino de Granada, em Portugal não houve qualquer reduto especificamente muçulmano depois do século 13 (p. 28), e os que por lá estiveram espalhados foram expulsos em 1609.

Muito já se discutiu sobre o sentido de uma Reforma protestante teve em solo português a partir do século 16, sabendo-se que foram passadas ao largo as principais ideias que alimentaram o debate europeu, a não ser por alguns portugueses ilustres que viveram no exterior ou por estrangeiros que passaram a residir em Portugal. Enquanto Lutero, Calvino e Zwinglio tratavam da ruptura com Roma, da negação do culto dos santos, da supressão do clero regular e da redução dos sacramentos de sete para dois (batismo e eucaristia) – apoiados nas doutrinas fundamentais da justificação pela fé, do sacerdócio universal e da infalibilidade baseada nas Sagradas Escrituras, em Portugal os temas de interesse giravam à roda do messianismo e das conversões dos cristãos ao islamismo, a que se poderia juntar a questão, não menos grave dos cristãos-novos, quer de judeus, quer de árabes – aqueles, distinguidos por uma estrela de pano vermelho no peito, estes, por uma lua de pano amarelo. Embora a política de D. Manuel fosse aparentemente integracionista, são de 1487 as primeiras fogueiras punitivas, a coroa processou tantas vezes distorcidos ou tendenciosos, e data de 1536 a instalação da Inquisição em solo português por D. João III (em 1482, fixara-se em Castela).

Ponto alto da obra é a oportunidade de fala que se dá às próprias minorias de seu conflito, por meio do exame de processos inquisitoriais (250 mouriscos foram processados pela Inquisição no século 16) ou de chancelarias régias, onde avultam as motivações sociais, políticas e econômicas via de regra camufladas pelas instâncias religiosas. Por exemplo, no exame das estruturas familiares e das práticas cotidianas do islamismo fi-

ca patente o aniquilamento progressivo da identidade dessas minorias, que desejavam contudo mantê-la e, acima de tudo, "regressar ao Islã, sinônimo de liberdade e de bem estar para quase todos. Os que não conseguiam levar a cabo fugas bem sucedidas, iam mantendo o conhecimento do árabe, especialmente do árabe falado, as cerimônias religiosas, alguns traços da cultura muçulmana, que os cristãos-velhos

O ecletismo religioso e cultural pode justificar o pouco interesse que os mouriscos têm suscitado na historiografia portuguesa

não hesitavam em classificar de "cerimônias de mouros", como se tudo fosse resultado da tão odiada religião de Maomé" (p. 141). Perseguidos e denunciados pela maioria, os mouriscos tenderam ao desaparecimento paulatino, na medida da diminuição do fluxo de mouros vindos do norte da África e do enfraquecimento da presença portuguesa no Marrocos; além disso, a própria dispersão familiar colaborou para isto, pois os filhos dos mouriscos eram separados dos pais e agregados em casa de cristãos-velhos, à mercê de outra crença e novos costumes, descaracterizadores de seu passado étnico. Assim, a partir da segunda geração – entre os dois fogos das duas culturas em permanente confronto ideológico – os mouriscos perderam sua vitalidade grupal (deixaram de falar o árabe, por terem nascido em território português), resultado evidente da vida dupla que levavam, nem bons cristãos, nem bons muçulmanos. O ecletismo, do ponto de vista religioso e cultural, levando à perda da identidade, talvez justifique o pouco interesse que os mouriscos têm suscitado na historiografia portuguesa, atenta à socialização das minorias no período dito do Renascimento. Pode-se dizer que esta lacuna está agora satisfatoriamente preenchida.

Lânia Marcia Mangelli é professora titular de Literatura Portuguesa na USP e Secretária da Associação Brasileira de Estudos Medievais

